

EXORCIZANDO O PASSADO: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES MIGRANTES ESCRAVIZADOS NA FAZENDA BRASIL VERDE, PA

EXORCISING THE PAST: EXPERIENCE OF MIGRANT
WORKERS SLAVED AT FAZENDA BRASIL VERDE, PA

Cristiana Costa Rocha¹

Endereço profissional: Rua João Cabral, 2231, bairro Pirajá, Zona
Norte de Teresina – PI, CEP: 64002-150.
E-mail: cristianacrocha@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é recompor trajetórias de conflitos de trabalhadores rurais migrantes do Piauí, escravizados na Fazenda Brasil Verde no Sul do Pará. Entre meados da década de 1980 ao ano 2000, a fazenda foi alvo de sucessivas denúncias em relação ao uso de trabalho escravo. Os depoimentos dos trabalhadores denunciante mobilizaram a ação “caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil” contra o estado brasileiro à CIDH, sob acusação de omissão e negligência em investigar diligentemente a prática de trabalho escravo na fazenda.

Palavras-chave: Migração; Trabalho escravo; Conflitos.

Abstract: The objective of this article is to recompose trajectories of conflicts of migrant rural workers from Piauí, who were slaved at the farm called Brasil Verde in south Pará. Between the middle of the decade of 1980 to the year 2000, this farm was the object of successive denunciations regarding the use of slave labor. The testimonies of the workers mobilized the action “caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil” against the Brazil to the CIDH, under accusation of omission and negligence in diligently investigating the practice of slave labor on this farm.

Keywords: Migration; Slave labor; Conflicts.

¹ Doutora em história social pela UFF. Professora adjunta II da Universidade Estadual do Piauí, Campus Poeta Torquato Neto. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Trabalho - NEHST. Desenvolve pesquisas sobre migração, trabalho e história agrária.

Introdução

Em fevereiro de 2000, o “gato” Meladinho chegou em Barras, município da região Norte do Piauí, a fim de contratar peões para trabalhar na fazenda Brasil Verde. Sua presença entre os trabalhadores da cidade não era uma novidade, em outros tempos Meladinho andara por aquelas bandas contratando trabalhadores para a mesma fazenda. Certamente, também não eram inovadoras as propostas que carregava em sua bagagem, iguais a tantas outras feitas aos calejados trabalhadores migrantes do município. As promessas de um “gato” quase sempre se repetem.

O trajeto de Barras até a fazenda seria longo, 900km, mas não fora do comum entre os trabalhadores costumeiros a migrar. Localizada na cidade de Sapucaia, no sul do estado do Pará, com área de 1,780 alqueires (8.544 hectares) sendo que 1.241 alqueires (5.956,8 hectares) voltados para a criação de gado², a fazenda está dentro da regularidades de casos das fazendas das regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste do país, destino de levas de trabalhadores rurais do Piauí, foi alvo de sucessivas denúncias e investigações sobre o uso de trabalho escravo do fim da década de 1980 ao ano 2000. Anos posteriores, uma ação foi movida pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional - CEJIL/Brasil e Comissão Pastoral da Terra – CPT à Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, “caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil”, contra o estado brasileiro sob acusação de omissão e negligência em investigar diligentemente o uso de trabalho escravo na Fazenda Brasil Verde³. Em 2016 a CIDH, em sentença inédita desde que foi criada em 1979, condenou o país por trabalho escravo em referência aos fatos ocorridos na Fazenda Brasil Verde em fevereiro de 2000 e anos anteriores.

A ação movida pelas entidades citadas partiu do depoimento de José Pitanga à CPT e Polícia Federal – PF no ano 2000, após ter fugido da fazenda por motivos de maus tratos e ameaças de morte pelo capataz. Naquela circunstância, a denúncia resultou no resgate dos trabalhadores de Barras que permaneciam na fazenda Brasil Verde, pelo Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério Público do Trabalho – MPT.

Esta pesquisa foi realizada para tese de doutoramento em História Social concluído no ano de 2015, para tanto realizamos entrevistas com famílias de trabalhadores rurais migrantes escravizados em regiões de fronteira agrícola. Tratam-se de narrativas de homens e mulheres que vivenciam o mundo rural contemporâneo e que também atendem a temporalidades históricas peculiares a si e ao grupo ao qual pertencem. O processo de análise de fontes orais nos conduziu à larga documentação

2 brasil/detrae. Relatório nº 169/11. Caso nº 12.066. Admissibilidade e Mérito Fazenda Brasil Verde. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Washington, 03 nov. 2011, p.15.

3 AUTORA. O caso “Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil”: trajetórias de luta por justiça de trabalhadores escravizados. In: Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. n.11, 2016, p.357-374

acessada na Comissão Pastoral da Terra – CPT, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR de Barras, Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo – GPTEC/UFRJ e Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo – DETRAE/MTE. Nesse sentido, estabelecemos um diálogo necessário entre fontes orais e escritas porque “como historiadores orais procuramos levar a sério as narrativas improváveis e os registros escritos plausíveis e olhar para o significado de ambos e para os espaços entre uns e outros”⁴.

Para construção deste artigo analisamos as narrativas orais de José Pitanga e Luiz Sincinato, migrantes que também fez parte da empreitada do ano 2000 na Fazenda Brasil Verde, com o objetivo de compreender como sujeitos comuns atuam junto a entidades e organismo do estado e acionam a Lei, em contextos de exploração no trabalho e escravização, para obter justiça. Suas narrativas se complementam e se confrontam, na medida em que se tratam de experiências comuns e, no entanto, o processo de rememoração assume sentidos opostos, entre a denúncia e o expurgo do passado que resiste vir à tona, como no caso das lembranças de Luiz Sincinato. Entrevistamos José Pitanga como Luiz Sincinato na cidade de Barras durante pesquisa para tese de doutoramento.

Também foram analisadas as narrativas de Maria do Rosário, esposa de Luiz, cujas provocações feitas enquanto o entrevistávamos foram fundamentais no exorcizo do passado do marido. Utilizamos relatos de outros migrantes escravizados na região Norte do país, visto que se tratam de experiências comuns de trabalhadores empobrecidos da região. Nesse sentido, analisamos a narrativa de Antonio F. C., acessada no GPTEC/UFRJ, um dos trabalhadores migrantes de Barras resgatados da fazenda Brasil Verde após a denúncia de Pitanga.

O texto está dividido em duas partes. Na primeira, “Migrantes de longa data”, a migração é tratada como prática comum e alternativa de sobrevivência entre trabalhadores empobrecidos da região de origem dos sujeitos entrevistados, e na segunda parte, “A denúncia, eu estando na minha razão eu entro até no fogo”, problematizamos como os narradores construíram modos de obtenção de justiça.

Migrantes de longa data

A chegada de Meladinho em Barras circulou em tempo hábil e chegou aos ouvidos de José Pitanga e Luiz Sincinato⁵. Depois de conversas e negociações, estes integraram o grupo de, pelo menos, 82 (oitenta e dois) trabalhadores, de Barras e Porto de Marruás (município vizinho), que foram contratados pelo “gato” com promessa de

4 PORTELLI, Alessandro. Um trabalho de relação. Observações sobre a História Oral. In: A morte de Luigi Tratulli e outros ensaios. CARDINA, Miguel; CORDOVIL, Bruno (org.). 1ª ed. Lisboa: Edições Unipop, 2013, p. 63

5 Não foi possível identificar as idades dos sujeitos nas fontes consultadas.

pagamento por produção e recrutados para a fazenda *Brasil Verde*⁶. Entre aqueles que seguiram viagem havia uma mulher, contratada pelo “gato” como a cozinheira.

Para estes homens pobres, de Barras como da região Nordeste, a migração tem se apresentado como uma prática comum e, em muitos casos, a única alternativa de sobrevivência. Nesse sentido, entendemos que o deslocamento destes trabalhadores rurais é também mobilizado por sua experiência histórica como migrantes, que geram as expectativas movimentadas pelo medo e a esperança. Comumente, os sujeitos que compõem a mão de obra nessas fazendas são migrantes, aliciados nas beiras das estradas onde vivem e perambulam como peões de trecho, vivendo em pensões ou em seus lugares de origem, como no caso de José Pitanga e Luiz Sincinato.

A busca de trabalhadores em outras regiões não se limita a um suposto nivelamento entre demanda e oferta de mão de obra de trabalho, como ressaltam muitos proprietários. A distância entre o local de origem dos trabalhadores e o lugar de destino e trabalho é uma das estratégias utilizadas pelos aliciadores no trabalho compulsório em regiões de fronteira agrícola, situação que favorece a vulnerabilidade e a difusão do medo entre os trabalhadores. Antes da partida, cada um dos migrantes recebeu adiantamento de \$50,00 (cinquenta reais), quantia destinada aos familiares que permaneceram no local de origem.

Os adiantamentos de salários às famílias de migrantes são práticas reconhecidas por entidades e instituições de combate ao trabalho escravo, sendo comumente utilizados como início do endividamento do sujeito em relação ao “gato” e que, somados aos gastos com o traslado dos trabalhadores até a fazenda, resulta no cerceamento da liberdade do trabalhador. E, diante de tal fato, por que os trabalhadores continuam aceitando o adiantamento do “gato”? Antes, é preciso considerar que o pagamento antecipado não necessariamente ou é um elemento que pressupõe ou determina a submissão dos migrantes ao trabalho escravo. Trata-se particularmente de práticas camponesas costumeiras de trabalho que definem um tipo de economia própria dos trabalhadores do campo. Entendemos que os migrantes aceitam o tal adiantamento porque é uma prática que cruza suas vivências enquanto trabalhadores rurais. O que não é comum nesse meio é o pagamento realizado apenas no final do mês, característico da economia liberal de pagamento por trabalho realizado. Além disso, o adiantamento de bens materiais é necessário para cobrir, pelo menos, parte dos gastos da família, na ausência o seu “chefe”. Outro aspecto que deve ser considerado diz respeito ao autoengano dos trabalhadores em relação a expectativa migratória. A esse respeito José de Souza Martins⁷, ressalta a existência de uma teatralização no sistema de aliciamento de trabalhadores, que se traduz no autoengano na fase de recrutamento. Esses recrutamentos são favorecidos pelas precárias condições de sobrevivência nas regiões

6 GPTEC. Ação Civil Pública contra João Quagliato – Fazenda Brasil Verde. MPT – PA, 2000.

7 MARTINS, José de Sousa. A Sociedade vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002.

de origem destes trabalhadores, que vivenciam uma agricultura familiar em crise. Assim, muitos trabalhadores rurais se sujeitam ao sistema de endividamento progressivo, que começa com a aceitação do adiantamento de pagamento feito pelo “gato”, ou empreiteiro.

A viagem foi longa. Ainda em Barras o “gato” fretou um ônibus para fazer o traslado dos trabalhadores até Açailândia (MA), de onde seguiram de trem até Marabá (PA), onde ele fretou outro ônibus que os levou até a fazenda. Já instalados na fazenda, o gerente recolheu as Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS de todos os migrantes alegando que iria providenciar o registro do contrato de trabalho. Sob tais condições, as promessas de trabalho digno e bons salários começam a vir por terra.

Os trabalhadores arregimentados do Piauí ficaram sob péssimas condições de trabalho, pois foram colocados em “barracões”, usam copos coletivos, não há energia elétrica, local de trabalho é distante do barracão, alimentação é feita no descampado [...]⁸.

Pouco depois da chegada à fazenda, eles assinaram documentos em branco, sendo eles: contratos de experiência, contrato de trabalho por prazo indeterminado, dentre outros⁹. A esse respeito, o MPT em Ação Civil Pública contra o proprietário da fazenda comentou:

Ora, que outros motivos levaria a requerida a ter, em seu poder documentos assinados em branco, que não o de fraudar direitos trabalhistas de seus empregados, imputando-lhes o recebimento de salários, verbas decorrentes da extinção do contrato fraudando pedidos de demissão¹⁰.

Dessa sorte, as condições de trabalho impostas contrariavam as disposições de proteção do trabalho, as convenções coletivas, dentre outros. Passados alguns dias de trabalho árduo, dores, humilhações e agressões físicas, dois migrantes, entre eles José Pitanga, após relatarem adoecimento e serem agredidos pelo capataz conseguiram escapar da *Brasil Verde* e denunciaram os encarregados da fazenda. A denúncia realizada desencadeou a fiscalização, autuação da fazenda e o resgate dos trabalhadores pelo Grupo Móvel de Fiscalização.

8 BRASIL/DETRAE, Relatório de Diligência realizada na Fazenda Brasil Verde em apuração de denúncia de trabalho escravo. Ministério do Trabalho/DRT-PA. 2000, p. 04.

9 BRASIL/DETRAE, Relatório de Diligência realizada na Fazenda Brasil Verde em apuração de denúncia de trabalho escravo. Ministério do Trabalho/DRT-PA. 2000.

10 GPTEC, Ação Civil Pública contra João Quagliato - Fazenda Brasil Verde. MPT - PA, 2000.

A denúncia, “eu estando na minha razão eu entro até no fogo”

O agricultor José Pitanga pertencia a uma família numerosa da zona rural de Barras. Na ocasião da entrevista, disse-nos que possuía um terreno próximo, mas ainda não podia construir sua própria casa. Enquanto isso seguia morando na casa do pai, com a esposa e três filhos, em um bairro na periferia da cidade e, todos os dias, trabalha na roça da família. Chegando a sua casa para entrevistá-lo, expusemos o nosso interesse por sua experiência na fazenda *Brasil Verde*, o que para ele não era uma novidade pois já era de costume receber em sua casa pessoas interessadas no caso *Brasil Verde*. O fato é que estávamos acompanhados por Seu Chagas, um dos diretores do Sindicato do Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR local e um dos *guias* desta pesquisa, que já havia consultado Pitanga sobre a possibilidade da realização da entrevista. Ao nos receber, ainda à soleira, o migrante nos cumprimentou e repetiu parte do diálogo que teve com o diretor do STR: “Seu Chagas falou que viria uma moça falar comigo sobre a *Brasil Verde* e eu estou disposto a falar pra quem quiser ouvir o que eu passei por lá”.

A entrevista anunciada por Seu Chagas preparou a fala de Pitanga, que demonstrou uma clara disposição em nos falar. Também lhe foi dito pelo representante do Sindicato que repercutia uma denúncia internacional do caso *Brasil Verde* à Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH. A recente notícia lhe trouxe ânimo. Pitanga parece ter renovado sua ânsia por justiça e sabe que, mesmo tendo se passado quatorze anos do acontecimento, isso ainda seria possível. É importante dizer que essa não é uma expectativa particular, após a assinatura da primeira procuração a notícia se espalhou na cidade e muitos migrantes que participaram da empreitada na passaram a procurar o STTR manifestando interesse em denunciar o caso.

José Pitanga iniciou sua fala fazendo um resumo da viagem e no segundo momento passou ao seu detalhamento. Quando questionado sobre os motivos da viagem, ele resumiu na promessa de um bom salário e do registro na carteira de trabalho. É importante considerar que se trata de um motivo comumente utilizado pelos trabalhadores migrantes da região e se tornou uma propaganda estrategicamente utilizada pelo “gato” para arregimentar trabalhadores.

A fazenda *Brasil Verde* possuía um espaço particular na memória de Pitanga. Seu sofrimento não podia ser medido, então se esforçou em uma narrativa detalhada sobre as péssimas condições de trabalho vivenciadas. Disse ele:

Quando a gente chegou lá tinha muita gente daqui do Piauí. Lá a gente roçava juquirá. Era muito espinho, espinho bravo, a gente andava dentro d’água, água que dava na cintura. Lá, tinha deles [trabalhadores] que estava lá... Eles diziam que ia fazer com nós o que fazia com eles. Eram amarrados, chegavam a amarrar pelo pé, os capangas mesmo de lá de

dentro fazia isso, amarravam com corrente [...] E lá não tinha chuva, não tinha esse negócio de chovendo não, o relâmpago cortava o céu de ponta a outra, chega faiscava fogo no varal, nas foices e a gente cortando [juquira] direto, ninguém parava não, era mesmo sem parar. E eles [encarregados da fazenda] dentro de uns carrões ou montado numas mulas lá. O horário lá era cinco horas... às vezes tinha dia, que a gente chegava nove horas do serviço. Pensava que eles iam dormir na sede, mas eles passavam a noite escondidos na mata. E quando a gente se espantava, chegava lá dois, três na carradas, tudo armado olhando se algum tinha fugido. Assim, eles não paravam de jeito nenhum. Quando dava de madrugada, três horas da manhã eles chegavam gritando, quem tivesse arrumado ia daquele jeito, quem tivesse de bermuda ia de bermuda, quem tivesse descalço, ia descalço¹¹.

A trajetória de maus tratos e abusos é organizada em sua memória de forma cronológica e revelada no sentido de justificar o ponto central do acontecimento: a denúncia. Pitanga orgulhava-se de sua saga pelas brenhas verdes da fazenda e, particularmente, de sua coragem em denunciar. Ele carregava no corpo uma doença crônica que se tratava de uma paralisia em uma das pernas, que segundo ele foi agravada devido às condições de trabalho impostas durante sua estada na Brasil Verde. Dessa sorte, ele relatou que se juntou a um conterrâneo que sofria de fortes dores nos dentes e solicitaram a ajuda do fiscal, que lhes negou. Pitanga efetivamente viveu e ao recordar deu vida a estruturas e conjunturas que, segundo Alberti¹² de outro modo parecem tão distantes.

Disse:

Tudo começou porque a gente estava doente e dissemos que não tinha condição de trabalhar e eles disseram que a gente tinha que ir, ou com febre, ou doendo o dente, de qualquer jeito a gente tinha que ir. E aí a gente disse que não iria trabalhar, que eles deviam levar a gente para a cidade e arrumar remédios pra gente. E, eles responderam que não tinha remédio não, o remédio que tinha era o serviço ou bala. Mas do jeito que eu tava, eu não ia trabalhar. Eu disse: rapaz o jeito que tem é a gente morrer, se eles disserem que vão matar a gente, não tem jeito. Mas aí eles não mataram, acho que se arrependeram, talvez, e soltaram nós, abandonaram né!? Ninguém sabe se eles soltaram nós para mandar outra pessoa nos matar e aí Deus ajudou, pegamos a carona e saímos dali de perto. Talvez a intenção era até mandar matar nós¹³.

11 JOSÉ Francisco Furtado. Entrevista concedida a autora em 2012, no município de Barras.

12 Alberti, Verena. Ouvir Contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: editora FGV, 2010, p. 14.

13 JOSÉ Francisco Furtado. Entrevista concedida a autora em 2012, no município de Barras.

Perguntamos a Pitanga quantos anos ele teria na época em que migrou para a *Brasil Verde* e tampouco soube dizer sua idade atual. Em depoimento dado à CPT após a fuga, Pitanga se dizia com menoridade e que, na ocasião da contratação, o “gato” falsificou seus documentos de identificação¹⁴. Após terem escapado da fazenda eles percorreram um longo e desestimulante percurso até a denúncia de fato. Andaram muitos quilômetros na carona de caminhões e, por vezes, caminhando por estradas e paisagens jamais vistas ou imaginadas. O migrante se esforçou em traduzir o desespero vivenciado. Estavam cansados, sentiam muita fome e medo. Por muitas vezes o desespero lhes desmotivavam, afinal a quem mesmo deveriam denunciar os desmandos e atrocidades de tão poderosos e destemidos patrões?

Porém, àquela altura dos acontecimentos não poderiam desistir. Acima de tudo, estavam certos de que os conterrâneos deixados para trás corriam perigo. E, no sentido de denunciar os fatos inicialmente procuraram o Ministério do Trabalho e do Emprego - MTE em Marabá – PA e foram ali informados que deveriam ir à PF. Chegando à Polícia, que inicialmente não tomou por termo suas declarações, um dos agentes os levou à sede da CPT na cidade. Lá eles declararam que eram obrigados a levantar às 3 da madrugada para organizar ferramentas e às 5 tinham que estar prestando serviço e ainda que nas barracas dos peões havia pessoas armadas. Quando perceberam que trabalhariam sem receber salário, além do fato de que tinham problemas de saúde, decidiram sair da fazenda e ao comunicar sua decisão ao “gato”, junto com o gerente os ameaçaram de morte¹⁵. A denúncia culminou no retorno de todos os trabalhadores que ali estavam aos lugares de origem e autuação dos responsáveis.

Pitanga disse repetidas vezes que ele e o outro denunciante, deveriam ter sido indenizados e que, por sua vez, só lhes foi garantida assim como aos demais peões, uma pequena quantia pelos dias de trabalho na fazenda, que ele qualificou como uma “mixaria”, e o retorno para casa. Esse pensamento justifica uma memória de sofrimento e injustiça, que se soma ao clima de denúncia em emergência. Na ocasião da entrevista, ele nos disse estar disposto a denunciar novamente a *Brasil Verde* a qualquer custo e revelou sua noção de justiça social associada à punição dos culpados e reconhecimento dos seus direitos trabalhistas. Entendemos que a prioridade de Pitanga era a denúncia como meio para obter justiça, então o provocamos ao perguntar-lhe se faria outra denúncia. Disse ele:

14 brasil/detrae. Relatório nº 169/11. Caso nº 12.066. Admissibilidade e Mérito Fazenda Brasil Verde. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Washington, 03 nov. 2011, p. 26.

15 brasil/detrae. Relatório nº 169/11. Caso nº 12.066. Admissibilidade e Mérito Fazenda Brasil Verde. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Washington, 03 nov. 2011, p. 16.

Denuncio na hora! O que eles fizeram comigo eu com os meus amigos eu não esqueço nunca. Aqueles fazendeiros do diabo, não esqueço de jeito nenhum! A polícia viu lá nossa situação, teve um soldado que olhava para nós e chorava, chorava de raiva. [...] Eu não tenho medo, tem que ter fé em Deus e coragem. Eu estando na minha razão eu entro até no fogo. O que eles fizeram comigo eu sou homem pra dizer pra quem quiser. Era para eles terem pagado a gente bem pago né!? Devem a indenização pra nós, uma fazenda rica daquela podia ter indenizado, principalmente eu e esse outro, porque nós é que sofremos mais e nós salvamos a vida deles [demais trabalhadores]. Se nós não damos parte eles tinha morrido tudo lá dentro, como o outro convidou: rapaz nós vamos embora; eu disse: não, se a gente vai e deixa eles aí, vão morrer tudo, só chega nós dois no Piauí, se nós viemos juntos nós vamos voltar juntos. Tu acha bom ficar lá? Como a gente ver isso e não damos parte da fazenda? Se nós chega no Piauí só, sem os outros, vão dizer que foi a gente. Se aparecer só nós, vão dizer que foi a gente, por isso a gente tem que tirar eles da escravidão. Não ganhamos foi nada¹⁶.

Em meio aos xingamentos ele desvelou toda a sua fé na justiça e construiu um discurso altivo sobre o percurso realizado, os maus tratos, as humilhações, a fuga e o difícil caminho até a Polícia. Ao contrário de muitos que também “viram e sentiram” a morte bem de perto e, por ter escapado dela, se dão por satisfeitos, Pitanga ainda sonha e acredita ter um final justo para o sofrimento vivenciado. Além da recuperação de um bem perdido, ele quer seus direitos restituídos.

A narrativa dos trabalhadores migrantes apresenta forte relação de solidariedade, comum entre as populações rurais que atendem às concepções do que é justo e necessário ou não, para sujeitos cujos interesses primários estão relacionados à subsistência. Pensamos a ideia de reciprocidade a partir do que nos diz Giovanni Levi sobre tal nas sociedades complexas do Mediterrâneo¹⁷, e nesse sentido entendemos que as relações de reciprocidade e solidariedade comuns no seio das comunidades rurais de onde partem os migrantes em estudo, dão sentido a interesses econômicos peculiares.

Pode-se questionar se a denúncia teria se concretizado, se os que ainda permaneciam na fazenda não fossem os seus conterrâneos. Distante da terra natal, entre o vivido e o que está por vir, os migrantes costumam sentir medo de morrer, em particular o medo de morrer longe dos seus, sentimento comumente relatado em suas narrativas. Em parte, tal sentimento se faz dentro de um contexto no qual prevalece um jogo de interesses que envolvem espoliação, constrangimento, subjugação e controle destes sujeitos na atividade laboral. Assim, embora o temor humano seja múltiplo, o medo de morrer aparece com mais frequência e intensidade. Como comenta Figueira¹⁸,

16 JOSÉ Francisco Furtado. Entrevista concedida a autora em 2012, no município de Barras.

17 LEVI, Giovanni. Economia camponesa e o mercado de terra no Piemonte do Antigo Regime. In: Exercícios de micro-história. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (org.). 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 80-81.

18 FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Pisando fora da própria sombra: escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. FIGUEIRA, 2004, p. 151.

o medo “é como uma argamassa do sistema de subjugação e controle, elemento imprescindível para que o trabalho seja executado satisfatoriamente”.

Seguindo o rastro na fala de José Pitanga, chegamos à casa de Luiz Sincinato Meneses com a tarefa de o entrevistar. Assim como Pitanga, ele residia em um bairro da periferia de Barras e mantinha uma roça na zona rural para onde se deslocava diariamente. Logo na entrada fomos recebidos por Maria do Rosário, sua esposa, que nos convidou a adentrar a casa ao tempo em que Luiz se aproximava. Ao cumprimentá-lo, expusemos as nossas intenções e lhe contei que havíamos entrevistado José Pitanga. O fato gerou certa desconfiança e ironia na sala de estar de Luiz, ele queria que lhe relatássemos o que Pitanga havia dito sobre a fazenda *Brasil Verde* e desdenhou dele. A princípio, sentíamos que sairíamos dali com uma versão conflitante ou uma negação do dito por José Pitanga, então insistimos no tema *Brasil Verde*. Ao lhe perguntar se teria feito parte da empreitada, ele disse:

Foi! Nós saímos daqui tudo junto, era uma carrada de gente danada. Aí nós chegamos lá, já tinha uns colegas na frente lá [...]. Nós nem chegamos a trabalhar um mês não. Esse Pitanga lá, ele não gostou do serviço né! Aí ele fugiu e foi bater no Ministério. Parece que com quatro dias que ele tinha fugido a Federal foi lá [na fazenda]¹⁹.

Os “colegas” que ali estavam quando Luiz chegou à *Brasil Verde* também eram seus conterrâneos. Ao ser inquirido pela equipe de fiscalização em circunstâncias flagrantes, ele expôs as falsas promessas feitas pelo “gato” antes da partida e o desejo de retornar à terra natal e, “[...] que não foi embora antes porque não tem dinheiro para pagar a passagem de retorno”²⁰.

Uma leitura rápida poderia nos levar a entender que Luiz não compartilha do senso de justiça evidenciado na fala de José Pitanga. Diante do ressentimento apresentado em relação a Pitanga, a princípio imaginamos que seria algo pessoal ou talvez uma rixa entre os dois migrantes. Sem descartar tal possibilidade, passamos a questioná-lo em relação às condições de trabalho na fazenda. Disse ele:

Aí, a Polícia estava lá, a Globo [emissora de televisão] também, parece que era da Globo, filmando a gente todo tempo e aí disseram [a equipe de fiscalização] que não estava ali pra gente ser escravo de ninguém, estava ali a favor da gente e do trabalho. E aí ele assuntou lá, perguntou como era o trabalho aí dissemos: “rapaz a gente já veio sabendo que era para roçar juquira e estamos aqui”. E as comidas? “rapaz as comidas não são muito boas não”. Porque não era mesmo não. As comidas não eram boa não, era

19 LUIZ Sincinato Meneses. Entrevista concedida a autora em 2012, no município de Barras.

20 BRASIL/DETRAE, Relatório de Diligência realizada na Fazenda Brasil Verde em apuração de denúncia de trabalho escravo. Ministério do Trabalho/DRT-PA. 2000.

um feijão velho, um dia ou outro tinha uma carne, tinha mais porque tinha caça e nós matava, era tatu, essas coisas assim. E aí disse: rapaz pois nós estamos aqui a favor de vocês, a polícia né, quem quiser ir embora... a hora é essa [...]”²¹.

A narrativa de Luiz busca legitimação e se volta para o parecer da equipe de fiscalização em relação às condições de trabalho na fazenda. É como se a opinião de qualquer outra pessoa que ali estivesse, e talvez dele próprio, não fosse suficiente para tal, que dirá a de um *aleijado*, como se referia a Pitanga. Luiz não estava satisfeito com as condições de trabalho encontradas ali, no entanto parecia estar adaptado, afinal era igual ou similar a outras tantas vivenciadas ao longo de sua vida como migrante. “A vida não é fácil”, disse-nos algumas vezes.

A chegada da equipe de fiscalização lhe deixou mais seguro, aquela teria sido a primeira vez que presenciava seus patrões, ou encarregados, acuados. Naquela circunstância, Luiz, assim como os demais trabalhadores flagrados em condições de trabalho escravo na *Brasil Verde*, manifestou o desejo de retornar à terra natal e foi *resgatado* pela equipe pelo Grupo Móvel de Fiscalização do MTE. Este foi um dos argumentos utilizados pelo MPT em ação civil pública contra o proprietário da fazenda, pois o desejo dos trabalhadores de sair da fazenda fortalece a tese de que eram mantidos ali em sistema de cárcere privado²².

Ao referir-se à decisão de deixar a fazenda, a fala de Luiz evidencia a situação vulnerável vivenciada pelo grupo e o medo que cruza suas trajetórias de vida enquanto trabalhadores migrantes. O discurso contrário ao de Pitanga faz jus a sua postura de vida em relação ao trabalho e vida, sobretudo à sua condição de migrante. Para estes sujeitos, a migração aparece como uma necessidade de superação da pobreza que assola suas condições de vida no lugar de origem. O calar-se diante das injustiças não corresponde, necessariamente, a uma atitude de omissão e pode evidenciar o medo, que “limita” a sua fala.

A *Brasil Verde* foi a única experiência de Pitanga como migrante e uma das muitas na vida de Luiz. Sua fala é marcada de idas e vindas em torno do tema por nós provocado, ele narrou experiências de compromisso com o trabalho e pouco ganho, ao tempo em que sustentou sua narrativa na frase: “eu sempre saí limpo”. Diz ele:

Quando eu saía da minha casa eu ia pra trabalhar mesmo não ia para malandrar, eu nunca malandrei, eu nunca fugi de fazenda de ninguém, eu entrava como homem e saía como homem mesmo. Tem muitos deles lá que fugia, fazia o diabo... E eu, graças a Deus, nunca fiz isso²³.

21 LUIZ Sicinato Meneses. Entrevista concedida a autora em 2012, no município de Barras.

22 GPTEC. Ação Civil Pública contra João Quagliato - Fazenda Brasil Verde. MPT - PA, 2000.

23 LUIZ Sicinato Meneses. Entrevista concedida a autora em 2012, no município de Barras.

Assim como ao longo da entrevista, este fragmento de fala evidencia uma relação intrínseca entre trabalho e honra. Essa é uma postura comum entre parte dos migrantes de Barras, sobretudo os mais velhos, muitos resistem à denúncia e o fazem apenas ao se sentirem moralmente lesados. O compromisso estabelecido com o “gato” antes da partida é, sobretudo, um compromisso de honra. Nesse sentido, em certo momento da entrevista ele afirma que não permaneceu na Fazenda *Brasil Verde* por que José Pitanga “não gostou do serviço” e fugiu para denunciar, em outro momento da fala ele diz: “Eles diziam que o serviço não prestava, que o serviço era ruim. Eles não aguentavam”.

Longe da terra natal e em frente aos desafios impostos, muitos estabelecem boas relações de convivência com o *outro* que os explora, e com a turma de trabalho dentro do alojamento, geralmente composto por conterrâneos, amigos, vizinhos e parentes. O contexto das relações dos migrantes com a sua turma de trabalho, ou com indivíduos de outros grupos, pode gerar tanto tensões quanto zonas de simpatia, de identificação.

A dissimulação, como o silêncio, também aparece nas falas como uma estratégia tanto para conseguir trabalho quanto para permanecer naquele espaço e lhes permite burlar parte dos códigos e regras que permeiam o contexto das formas de trabalho aqui em questão. É preciso considerar que as ações desses trabalhadores em muitos casos se fazem de forma silenciosa assumindo um estilo “sutil” de resistência, adequado as suas particularidades. Segundo James Scott²⁴, este quadro evidencia uma luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que os exploram.

Luiz se esforça em manter na sua fala tom e expressões, no sentido de se opor às atitudes de Pitanga e de reafirmar seu comprometimento com o trabalho. No entanto, em várias circunstâncias tropeça nas lembranças de vivências, descritas de um modo que não nos deixa dúvidas de que os poucos dias passados ali, na *Brasil Verde*, foram dos mais humilhantes e injustos imaginados. Ora, Luiz dizia que tudo corria bem na *Brasil Verde* e que Pitanga “atrapalhou” a empreitada, mas descreve um ambiente inóspito, com alimentação precária, maus tratos, expectativa mínima de ganho, dentre outros. Pitanga contou que ali viveu sob a mira de capangas, que muitos trabalhavam acorrentados e que vivia assombrado pelas histórias sobre trabalhadores assassinados e jogados em grandes buracos. O trabalho de fiscalização da Diretoria Regional do Trabalho – DRT/PA evidenciou, dentre outros aspectos: “trabalho escravo, alimentação precária, ausência de moradia, água potável, instalações sanitárias”²⁵.

Outro momento que consideramos revelador na fala de Luiz se deve a uma das intervenções de sua esposa, Maria do Rosário, que interrompe a fala do marido e questiona: “e quando você foi com esse Chico Ponte [gato], que chegou sem nada

24 SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. IN: Raízes, v.21. n. 01, jan- jun. 2002.

25 GPTEC. Ação Civil Pública contra João Quagliato – Fazenda Brasil Verde. MPT – PA, 2000.

aqui?!”.

A frase de Rosário soou em tom provocativo, entendemos também que ela não concordava com tudo o que Luiz relatava. Insistia em complementar sua fala e descrevia detalhes de acontecimentos como se o tivesse acompanhado por aqueles confins. Estava ali quando chegamos e fez questão de permanecer. Podemos afirmar que todos os casos que entrevistamos migrantes em suas residências, esposas, filhos, pais, parentes próximos ou distantes, vizinhos dentre outros, mantinham-se e interferiam em suas falas.

Também queremos deixar claro que o papel de Rosário, como de muitas esposas, parentes e vizinhos, não se resumiu a complementar a fala do marido, ela tinha algo grave a nos dizer. E disse-nos:

Eu mesma estou com um problema sério. Eu tenho um filho que mora no município de Miguel Alves [município vizinho], aí todo ano ele viajava para esses lugares, pra esse Pará aí, Mato Grosso. Passava um ano, mas ele voltava e agora tá com uns três anos que ele foi, ele foi com um peão de lá, um homem perigoso de onde ele mora, e ele já chegou, chegou faz tempo e o pessoal procura ele não dá notícia desse rapaz, diz que já veio embora²⁶.

Mais do que um desabafo, a fala se fez em tom de denúncia. Luiz tentou amenizar a gravidade da fala da esposa e apresentou uma hipótese para o destino do “filho perdido”. Ele comentou:

Eu não sei onde ele está não, lá tem muita fazenda. Às vezes não aconteceu nadinha não, tem gente que é assim mesmo. Olha, eu conheci nessas fazendas que eu tenho trabalhado no Pará, eu conheço gente aqui do Piauí que não vem nunquinha. Mas não é porque estão maltratando ele lá não, eles ganham o dinheiro não se importam, não ligam e gastam lá mesmo e dizem: rapaz o que é que eu vou fazer lá no Piauí, de lá eu já vim. Tem cabra lá, eles recebem o dinheiro no dia do pagamento e vão para a cidade e voltam de lá no outro dia sem nenhum tostão, mas não é porque roubam não, é porque gastam mesmo. Quando é no fim do mês tem de novo, e é o caso desse menino aí, o filho dela. Eles não querem mesmo, porque não quer, acontece assim[...]”²⁷.

Os trabalhadores migrantes descritos por Luiz são conhecidos como peões de trecho. Essa categoria aparece com frequência nos relatórios de fiscalização do MTE, que muitas vezes não evidenciam a origem dos trabalhadores.

26 ROSÁRIO. Entrevista concedida a autora em 2012, no município de Barras.

27 LUIZ Sicinato Meneses. Entrevista concedida a autora em 2012, no município de Barras.

É possível dizer que Luiz integra o perfil de trabalhadores idealizado por muitos fazendeiros, como no caso do proprietário da *Brasil Verde* aqui evidenciado. No entanto, compreender a postura assumida por este migrante implica considerar também um conjunto de valores do homem do campo, como a moral e honra. Em muitos casos os trabalhadores estabelecem estratégias fraternais de convívio social, o “homem cordial”²⁸.

Ao consultar relatos dos retornados da *Brasil Verde*, por intermédio da operação realizada pelo Grupo Móvel em março do ano 2000 entendemos que houve um movimento de discordância do grupo, quiçá de hostilização, em relação à ação de Pitanga.

Como foi dito, também evidenciamos que Luiz Sincinato compreendia o trabalho como honra e que esse é um sentimento comum entre os trabalhadores rurais da região. No entanto, entendemos que é preciso pensar outras possibilidades no sentido de compreender as manifestações de repúdio dos trabalhadores em relação à ação de José Pitanga, acusado de preguiçoso e incapaz.

Narrativas dos trabalhadores que participaram da empreitada 2000 assim como de outros migrantes da região, dão ênfase à (in) capacidade física do denunciante José Pitanga, sempre apontado como *o aleijado*. Sobre ele, pode-se dizer que *aprendeu com a lei*. O depoimento dado à CPT, no ano 2000 após sua saída da fazenda, e as duas entrevistas, em 2000²⁹ e 2012 esta última concedida a nós, além de desvelarem os pormenores do dia a dia na fazenda evidenciam uma mudança contínua dos sentimentos de Pitanga em relação ao fato, que hoje se orgulha dele como um *ato heroico*. Ao construir seu discurso ressalta que denunciou e aceitou retornar ao cativeiro com os agentes do MTE porque teria que salvar as vidas de seus conterrâneos.

Nesse sentido, define-se aqui um complexo de relações sociais. Os conflitos, desentendimentos e tensões estão além da relação dicotômica estabelecida entre trabalhadores e a classe que os oprime, podendo ser evidenciados nas relações entre os sujeitos que compõem o mesmo grupo, no caso os trabalhadores migrantes.

Pitanga não se enquadrava no perfil estabelecido de trabalhador encarregado para o corte de juquira. Assim como o “bom cortador de cana”³⁰, eles precisam de uma fase severa de treinamento e adaptação dos corpos. O estranhamento sentido pelos trabalhadores, diz respeito não ao tipo de trabalho demandado, tipo braçal, mas quanto ao seu ritmo incessante. Logo, o trabalhador que não acompanha o ritmo imposto passa a se sentir envergonhado e inferiorizado diante da turma de trabalho, sentimento que atravessou a história de vida de Pitanga durante um longo período.

28 HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

29 GPTEC. Entrevista de José Francisco Furtado concedida a Ricardo Rezende Figueira em 2000b, no município de Barras. 2000b.

30 SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

O empregador costuma se beneficiar de variadas estratégias de controle e disciplina no trabalho para a manutenção de altos índices produtivos e, nesse entremeio, define-se quem são os “bons” e os “maus” trabalhadores. Antonio F. C.³¹, 19 anos, trabalhador rural resgatado da *Brasil Verde* após a denúncia de Pitanga, ao relatar sua experiência na fazenda ressaltou o *cabeça* da turma como fundamental para manutenção da ordem no labor. Tratava-se de um conterrâneo que “sabia conversar”. Antonio F. C., diz que o *cabeça* exercia pressão sobre o grupo induzindo-os ao trabalho incessante com promessa de obterem maiores vantagens, além de ser o sujeito a quem podiam recorrer na hora do aperto. Segundo ele:

Na turma dos 10 peões? Os caras que eram acostumados se ajuntavam. Tem assim, por exemplo, o Joãozinho meu amigo, somos todos aqui do Piauí, eu tirava 10, para trabalhar assim para pegar o pasto. Ajuntava os amigos. Aí outro já se tirava outros 10, aí separava. De 50 peões uns tiravam 10, outros cinco, aí ficavam aquelas turmas assim [...] eram 10 turmas. Uns iam trabalhar no pasto; aquela turma com o Alfredo [o *cabeça*], ia trabalhar junto com o Alfredo. Alfredo pegava 10 partes. 10 alqueires. Pegava assim, nós entrávamos em um pasto. Aí outra turma pegava 20 alqueire, outros pegavam 30, era assim. Aquelas turmas mais fortes pegavam, as que tinham mais condição, que o trabalhador era melhor, pegava mais pasto [...] ³².

Ao ser questionado se quando alguém trabalhava pouco o grupo reclamava, ele respondeu:

Reclamava. Dizia: rapaz, nós temos que esforçar, nós temos que esforçar muito que senão nós não ganhamos dinheiro não. Nós mesmos reclamávamos para o outro: Rapaz tu trabalha senão nós mandamos [risos] tu embora, tu não queres trabalhar, tu não queres esforçar, todo mundo esforçado e tu não esforças. Desse jeito não dá. Nós não estamos trabalhando para ganhar dinheiro para ti não. Nós dizíamos desse jeito. Aí ele ficava com raiva: Rapaz eu vou embora. Dizia: rapaz calma. Rapaz vamos [risos] ganhar dinheiro que não adiante tu te zangares não porque isso aqui tem de brincar mesmo. Mas tu tens de se esforçar mais um pouquinho senão desse jeito não dá ³³.

Além do gerente, gatos, fiscais e encarregados, os próprios trabalhadores passam a controlar, em si e entre si, os níveis de produtividade no interior das turmas de trabalho. Essas formas de controle são facilmente introjetadas entre os trabalhadores, que recebem uma oferta salarial atrelada à sua produção.

31 GPTEC, Entrevista de Antônio Fernando Costa concedida a Ricardo R. Figueira em Barras em 2000a, no município de Barras.

32 GPTEC, Entrevista de Antônio Fernando Costa concedida a Ricardo R. Figueira em Barras em 2000a, no município de Barras.

33 GPTEC, Entrevista de Antônio Fernando Costa concedida a Ricardo R. Figueira em Barras em 2000a, no município de Barras.

Em muitos casos podemos evidenciar um tipo de deferência exercida pelos trabalhadores pobres em relação ao patrão faz parte do sistema de disciplina social. Thompson (1998), evidencia um estilo paternalista de controle e disciplina de trabalhadores pobres no séc. XVIII. Em uma passagem do texto, o autor comenta:

As ocasiões de patronagem de aristocracia e da gentry certamente merecem atenção: esse lubrificante social dos gestos poderia, com bastante facilidade, fazer os mecanismos de poder e exploração girarem mais suavemente. Os pobres, habituados a sua posição irrevogável, eram frequentemente transformados, pela sua própria boa índole, em cúmplices de sua própria opressão: um ano de provisões escassas podia ser compensado por uma generosa doação no Natal³⁴.

O contexto descrito acima pode ser evidenciado nas relações de trabalho aqui em discussão. Entendo que as relações de parentesco e amizade entre os trabalhadores e o “gato” atuam nos processos de controle, submissão e ilegalidade, que fundamentam e sustentam, desde o sistema de aliciamento de trabalhadores da região até o fim das tarefas na unidade de produção, quando os sujeitos cumprem todo o contrato de trabalho.

Na fazenda o mais forte é o mais respeitado da turma, estabelecendo níveis de hierarquização que somada à pressão exercida pelo pagamento por produção propicia forte concorrência entre os trabalhadores. Além de um esforço individual, o bom resultado também depende de um esforço conjunto e remete a ações de solidariedade. Nesse sentido, qual seria a reação do *cabeça* da turma assim como dos demais trabalhadores, diante de um peão adoecido, ou de um peão que possui uma deficiência física?

Ora, o peão doente causa *prejuízo* à turma que integra. Nesse sentido, o cansaço, as dores e mesmo a desmotivação sentido por um dos trabalhadores, podem gerar desentendimentos no interior do grupo. Ademais, à deficiência física de Pitanga passou a ser motivo de comentários irônicos entre os colegas em uma tentativa de desarticular a sua ação.

Embora o relato de Antonio F. C.³⁵ não faça referência direta a Pitanga, ele nos conduz ao contexto que propiciou reações contrárias a denúncia, que se manifestaram de forma *sutil*, por meio de fofocas, intrigas, dentre outros.

No entanto, nas mesmas circunstâncias havia um descontentamento generalizado dos trabalhadores em relação às condições de trabalho na fazenda *Brasil Verde*. Além das longas e exaustivas horas de trabalho, eles sofriam agressões diárias que se iniciavam desde as 4h da manhã quando eram acordados bruscamente pelos

34 THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.49.

35 GPTEC. Entrevista de Antônio Fernando Costa concedida a Ricardo R. Figueira em Barras em 2000a, no município de Barras.

encarregados da fazenda, que os derrubavam das redes com pontapés, gritos, xingamentos e ameaças. A insatisfação dos trabalhadores gerou conflitos dentro do alojamento e por pouco não houve morte. Antonio F. C. conta que certo dia um dos trabalhadores chegou a atacar com uma foice o fiscal que havia lhe agredido. Os trabalhadores mantinham-se em alerta diante do comportamento hostil do fiscal, que passaram a chamar de *fera*. O que Antonio F. C. não compreendia era a razão de aquele fiscal passar o dia todo sobre o lombo de um cavalo lhes vigiando enquanto trabalhavam na “boa”. O diálogo com ele era mantido através do chefe da turma, encarregado de garantir a continuidade do trabalho.

Os trabalhadores que não acompanham o ritmo de trabalho imposto, por vezes, são hostilizados dentro da própria turma de trabalho e costumam receber punições por parte dos encarregados da empresa, p. ex. o *gancho*. Quando foi entrevistado, o migrante Francisco Rodrigues, na época com 34 anos, comentou:

Às vezes eles dão gancho, de dois, três dias. Aí quando o cara baixa a pressão [...] para o cara começar a fazer o serviço de novo, tudo bonito do jeito que eles querem. Mas sempre tem uns que não aceitam, depois quando volta para o trabalho, tem outro tumulto. Sempre tem uns caras que são os cabeças³⁶.

Ficar de gancho significa uma suspensão de três dias de trabalho, juntamente com uma espécie de multa pelo tempo em que foi impedido de trabalhar. O *gancho* é um mecanismo disciplinador que funciona como meio econômico de coagir o trabalhador, sob ameaça de ter seu ganho reduzido no final do mês, e/ou ainda ser mandado embora no terceiro *gancho*. No entanto, essas formas de exploração nem sempre atingem o efeito duradouro esperado pelos que as empregam. Em alguns casos os trabalhadores dissimulam certa submissão às decisões impostas pela empresa para retornar ao trabalho e articular outras formas de resistência com o grupo.

É preciso considerar que trabalho por produção e produtividade produz uma aceitação e introjeção do capitalismo como modelo, pelos próprios trabalhadores. Entre as várias formas e níveis de exploração no campo narradas pelos migrantes, incluindo o trabalho escravo, o trabalho por produção aparece como o meio mais recorrido e eficaz. E, em muitos casos, é entendido dentro de uma linha de normalidade, conforme está comentado por um dos empregadores.

Quem produziu muito, ganha muito; quem produziu pouco, ganha pouco. Eu acho que é uma lei natural. Cada um recebe conforme o seu esforço, não é? Eu acho que deveria ser assim no Brasil inteiro, pra ver se o povo

36 FRANCISCO Rodrigues de Sousa. Entrevista concedida a autora em 20.07.2008, no município de Barras.

desempenha um papel de cidadão brasileiro³⁷.

Considerações Finais

José Pitanga e Luiz Sincinato, embora situados no mesmo contexto reivindicam para si condições diferenciadas de reconhecimento no trabalho, como na vida. O primeiro se declara vítima de exploração no trabalho, pesa em sua narrativa evidências de sua escravização. O reconhecimento atende a circunstâncias e interesses de denúncia. O segundo nega tal condição, revela-se como um trabalhador migrante e, portanto, preparado para as adversidades próprias da temporalidade histórica vivenciada. Não é que Luiz não tenha sido explorado e submetido a condições de trabalho forçado/escravo, mas o reconhecimento de tal situação colocaria em xeque sua dignidade enquanto trabalhador. Em linhas gerais, os trabalhadores rurais migrantes que unem entre si experiências comuns podem reproduzir a partir dessas experiências interesses que contrariam com os de outro.

A fala de Luiz é reveladora, em particular porque ele se reafirma como sujeito e não objeto de outros. A categoria escravo afeta a autoestima de Luiz. As divergências entre ele e José Pitanga evidenciam algo peculiar na memória. A memória é um processo social que ocorre no meio social e portanto não existem duas memórias iguais. Além da concordância em relação aos fatos, no campo da história oral nos interessa também as divergências porque é particularmente nesses desvios que se insinuam os *desejos, imaginação, o simbólico*. Diante disso, podemos dizer que não existem fontes orais falsas.

E é justamente com a questão da *interpretação* que o conceito de verdade se torna problemático. Como nos diz Portelli (2013, p. 63), sem cair na euforia pós-moderna de que nunca saberemos o que realmente aconteceu, também sabemos que muito do que aconteceu está apenas na mente das pessoas. E como podemos perceber formas de pensar a justiça através das narrativas dos migrantes citados anteriormente? É preciso considerar que as interpretações se fizeram num campo de confronto. Segundo Alessandro Portelli.

Da mesma forma em que trabalhamos com a interação entre o pessoal e o social, trabalhamos também com a interação entre a narrativa, a imaginação e a subjetividade, por um lado, e os fatos plausíveis por outro. Só podemos reconhecer a imaginação se tentarmos conhecer os fatos³⁸.

37 Organização Internacional do Trabalho. Perfil dos Principais Atores Envolvidos no Trabalho Escravo no Brasil. Brasília: OIT, 2011, p. 143.

38 PORTELLI, Alessandro. A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios. 1ª ed. Lisboa: Edições Unipop, 2013, p. 63.

Como já foi dito, a confiança na fiabilidade dos fatos narrados depende do trabalho de interpretação. Parte dos fatos narrados por José Pitanga e Luiz Sicinato, havíamos acessado em documentação oficial no STTR do município e Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo – DETRAE/MTE. É preciso dizer ainda que o uso das fontes orais não se fez no sentido de confirmar o dito na documentação oficial, ou vice versa. Antes, buscamos através de uma entrevista um elemento bastante caro às fontes orais, a subjetividade, que particularmente no caso de Luiz que exerce um contraponto na fala de José Pitanga, com suas recordações contraditória e desiguais, tão comuns entre as narrativas dos entrevistados, que para Alessandro Portelli podem ser considerados “psicologicamente verdadeiros”, tornaram-se reveladoras de um sujeito que não abriu mão de valores relacionados à moral do homem do campo, no labor diário e na vida de migrante.

Recebido em 15 abril de 2019.

Aprovado em 21 de julho de 2019.